



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15.2024.CPL.1381447.2023.027112

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.005/2024-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCEDIMENTO INTERNO Nº 2023.027112

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, representado neste ato por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**, inscrita no CPF sob n.º 405.025.542-15, portadora da identidade n.º MP000000302, residente e domiciliado nesta Capital, e as Empresas: **F N DE ALMEIDA - EPP (REFRIMOV)**, inscrita no CNPJ Nº 84.111.020/0001-20; **INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMÍNIO LTDA** (IAA - INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMINIO), inscrita no CNPJ Nº 16.640.671/0001-57; **BETEL MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 30.746.178/0001-47; **M.W.P.A. DE SOUZA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 41.037.819/0001-00; **2WE MÓVEIS COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 46.928.110/0001-19; **SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP (SHOPPING DO ESCRITORIO)**, inscrita no CNPJ Nº 04.063.503/0001-67; **ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 41.558.204/0001-20; **X- OFFICE SERVI LTDA - ME**, inscrita no CNPJ Nº 15.362.598/0001-36; **ADRIMAQ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ Nº 08.472.661/0001-21; e **T. H. S. BEZERRA LTDA - EPP (A L MONTE COMERCIO E SERVICOS)**, inscrita no CNPJ Nº 09.068.212/0001-85; DORAVANTE denominadas **Fornecedoras**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.005/2024-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a possível e eventual *aquisição de mobiliário em geral, com garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, para atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses*, conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do cotejo em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo.

I. Eis os itens registrados em favor dos Fornecedores:

F N DE ALMEIDA - EPP (REFRIMOV), inscrita no CNPJ Nº 84.111.020/0001-20

ITEM 1 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 2000 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).

Quantidade registrada: 30 unidades;

Marca/Modelo: REFRIMOV / Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

ITEM 3 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1600 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).

Quantidade registrada: 60 unidades;

Marca/Modelo: REFRIMOV / Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 680,00 (*seiscentos e oitenta reais*)

INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMÍNIO LTDA (IAA - INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMINIO), inscrita no CNPJ Nº 16.640.671/0001-57

ITEM 2 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1800 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).

Quantidade registrada: 30 unidades;

Marca/Modelo: IAA / Mesa Facile 2;

Valor Unitário do Item: R\$ 800,00 (*oitocentos reais*).

ITEM 4 - MESA DELTA CORTE CONVEXO – 1400 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm)

Quantidade registrada: 60 unidades;

Marca/Modelo: IAA / Mesa Facile 4;

Valor Unitário do Item: R\$ 585,00 (*quinhentos e oitenta e cinco reais*).

ITEM 5 - MESA RETA BASE METALICA – 1.400 X 750 X 740 (mm)

Quantidade registrada: 80 unidades;

Marca/Modelo: IAA / Mesa Facile 5;

Valor Unitário do Item: R\$ 400,00 (*quatrocento reais*).

ITEM 6 - MESA RETA BASE METALICA – 1.200 X 750 X 740 (mm)

Quantidade registrada: 80 unidades;

Marca/Modelo: IAA / Mesa Facile 6;

Valor Unitário do Item: R\$ 395,00 (*trezentos e noventa e cinco reais*).

ITEM 10 - GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETAS 450 X 500 X 700 mm (LxPxA)

Quantidade registrada: 80 unidades;

Marca/Modelo: IAA / Armário Facile 10;

Valor Unitário do Item: R\$ 320,00 (*trezentos e vinte reais*).

BETEL MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 30.746.178/0001-47

ITEM 7 - MESA RETA BASE METALICA – 800 X 750 X 740 mm

Quantidade registrada: 25 unidades;

Marca/Modelo: Betel Móveis;

Valor Unitário do Item: R\$ 360,00 (*trezentos e sessenta reais*).

ITEM 19 - SOFÁ DE UM LUGAR COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO

Quantidade registrada: 10 unidades;

Marca/Modelo: Room Decor / Dubai;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.100,00 (*um mil e cem reais*).

ITEM 20 - SOFÁ DE 2 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO

Quantidade registrada: 10 unidades;

Marca/Modelo: Room Decor / Dubai;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.300,00 (*um mil e trezentos reais*).

ITEM 21 - SOFÁ DE 3 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO

Quantidade registrada: 10 unidades;

Marca/Modelo: Room Decor / Dubai

Valor Unitário do Item: R\$ 1.500,00 (*um mil e quinhentos reais*).

M.W.P.A. DE SOUZA & CIA LTDA (MMX COMÉRCIO E SERVIÇOS), inscrita no CNPJ N° 41.037.819/0001-00

ITEM 8 - MESA DE REUNIÃO REDONDA - 1200 X 740 mm

Quantidade registrada: 15 unidades;

Marca/Modelo: MMX;

Valor Unitário do Item: R\$ 465,00 (*quatrocentos e sessenta e cinco reais*).

ITEM 9 - MESA REDONDA PARA COPA - 800 mm Ø X A=740 mm

Quantidade registrada: 10 unidades;

Marca/Modelo: MMX;

Valor Unitário do Item: R\$ 325,00 (*trezentos e vinte e cinco reais*).

ITEM 22 - MESA RETA DESLIZANTE COM TAMPO RECLINÁVEL PARA TREINAMENTO – 1.200 X 750 X 740 (mm)

Quantidade registrada: 5 unidades;

Marca/Modelo: MMX;

Valor Unitário do Item: R\$ 900,00 (*novecentos reais*).

2WE MÓVEIS COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ N° 46.928.110/0001-19

ITEM 11 - ARMÁRIO EM AÇO COM 2 (DUAS) PORTAS

Quantidade registrada: 45 unidades;

Marca/Modelo: Nobre / Versão PA 90 100105

Valor Unitário do Item: R\$ 1.065,00 (*um mil e sessenta e cinco reais*).

ITEM 12 - ESTANTE EM AÇO

Quantidade registrada: 60 unidades;

Marca/Modelo: Nobre / Versão 100501;

Valor Unitário do Item: R\$ 385,00 (*trezentos e oitenta e cinco reais*);

ITEM 18 - LONGARINA DE 3 LUGARES MODELO DIRETOR COM BRAÇOS LATERAIS

Quantidade registrada: 30 unidades;

Marca/Modelo: Nobre / Ref. LD003;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.220,00 (*um mil, duzentos e vinte reais*).

**SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP (SHOPPING DO ESCRITORIO),
inscrita no CNPJ N° 04.063.503/0001-67**

ITEM 13 - POLTRONA PRESIDENTE COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 80 unidades;

Marca/Modelo: FKGrupo / Presidente;

Valor Unitário do Item: R\$ 625,00 (*seiscentos e vinte e cinco reais*).

**ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA, inscrita no CNPJ N°
41.558.204/0001-20**

ITEM 14 - CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 180 unidades;

Marca/Modelo: Ebenezer / Giratória Diretor;

Valor Unitário do Item: R\$ 535,00 (*quinhentos e trinta e cinco reais*).

X- OFFICE SERVI LTDA - ME, inscrita no CNPJ N° 15.362.598/0001-36

ITEM 15 - CADEIRA FIXA DIRETOR COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 150 unidades;

Marca/Modelo: Frisokar / Store;

Valor Unitário do Item: R\$ 300,00 (*trezentos reais*).

**ADRIMAQ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. ME, inscrita no CNPJ N°
08.472.661/0001-21**

ITEM 16 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 40 unidades;

Marca/Modelo: Vector;

Valor Unitário do Item: R\$ 400,00 (*quatrocentos reais*).

ITEM 17 - CADEIRA FIXA TIPO SECRETÁRIA SEM BRAÇOS

Quantidade registrada: 20 unidades;

Marca/Modelo: Vector;

Valor Unitário do Item: R\$ 170,00 (*cento e setenta reais*).

T. H. S. BEZERRA LTDA - EPP (A L MONTE COMERCIO E SERVICOS), inscrita no CNPJ Nº 09.068.212/0001-85

ITEM 23 - NICHOS EM MDF

Quantidade registrada: 30 unidades;

Marca/Modelo: THS Modulados;

Valor Unitário do Item: R\$ 135,00 (*cento e trinta e cinco reais*).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços** terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Os materiais deverão ser industrializados, de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhados de guias e manuais de utilização, se for o caso, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Segunda. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quarta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Quinta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sexta. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDITORES – da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Subcláusula Sétima. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) O recebimento do material será realizado por servidores da ADQUIRENTE e ocorrerá:

a.1) PROVISORIAMENTE pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, no ato da entrega, oportunidade na qual procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja nenhuma impropriedade explícita ou problema relativo à origem da aquisição, será atestado o seu recebimento; e

a.2) DEFINITIVAMENTE pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, mediante “atesto” no DANFE, depois de comprovada a adequação aos termos da proposta, à Nota de Empenho e à amostra aprovada.;

b) Juntamente à nota fiscal deverá ser entregue a documentação necessária para a efetuação do pagamento devido (requerimento, recibo e certidões negativas de débitos).

Subcláusula Terceira. Quando do recebimento definitivo das mercadorias, uma amostragem dos itens poderá ser enviada ao fabricante do produto, para que este certifique a procedência dos mesmos.

Subcláusula Quarta. No que couber, a futura CONTRATADA deverá garantir total integridade do produto, objeto desta licitação, desde o seu início até a sua entrega final, devendo atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características especificadas.

Subcláusula Quinta. A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada, observando-se as diretrizes do Termo de Referência.

Subcláusula Sexta. A CONTRATADA deverá fornecer um TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

Subcláusula Sétima. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no [art. 140 da Lei n.º 14.133/21](#).

Subcláusula Oitava. O Recebimento Provisório não constitui aceitação do objeto.

Subcláusula Nona. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Subcláusula Dez. Os materiais que apresentarem desconformidades com as exigências requisitadas não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente retirados pela CONTRATADA, sem ônus para a PGJ-AM, e **substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contado do recebimento da notificação formal da CONTRATANTE/ADQUIRENTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório e seus anexos;

Subcláusula Onze. A CONTRATADA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do [art. 119 da Lei n.º 14.133/21](#), durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Doze. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu

Subcláusula Treze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o material fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Catorze. A futura CONTRATADA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material**, pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**.

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** pelo telefone nº (92) 3655-0766, em dias úteis, no horário de 08h00 às 14h00 (horário local).

Subcláusula Dezesesseis. Todos os produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezesete. A CONTRATADA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$
$$I = \frac{6/100}{365}$$
$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%”.

Subcláusula Quarta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as sanções previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA N.º 18.2023.SPAT.1203888.2023.027112 e no Edital da Licitação**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4 do instrumento convocatório**.

Subcláusula Primeira. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Subcláusula Segunda. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Terceira. O Ministério Público do Estado do Amazonas poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil, quando o valor da multa não for suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada.

Subcláusula Quarta. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Subcláusula Quinta. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Subcláusula Sexta. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores ou, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na cláusula nona supra.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O(A) Ordenador(a) de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

- a) Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.
- b) Designar servidor qualificado para acompanhar a(s) entrega(s) do objeto e o cumprimento dos termos contratuais, editais e seus anexos;
- c) Registrar e notificar o fornecedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos, vícios, vencimento do produto, fixando prazo para a sua substituição;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo;
- e) Efetuar regularmente o pagamento à Contratada, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o “atesto” das notas fiscais, bem como da apresentação pela Contratada dos demais documentos exigidos para tal fim (requerimento de pagamento, recibo de pagamento, certidões: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS).

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

- a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.
- b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.
- c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.
- d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no **subitem 7.2 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18.2023.SPAT.1203888.2023.027112, Anexo I:**

- a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no PNCP e na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.
- b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.
- c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.
- d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o [art. 124, I, c/c Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2.021](#), aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.
- f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;
- g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunidade do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 94.005/2024-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas dos Fornecedores.

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 008/2024 e da Lei 14.133/2021, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), 24 de julho de 2024.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

FN DE ALMEIDA EPP

CNPJ N.º 84.111.020/0001-2
Represente Legal: **FABIO NUNES DE ALMEIDA**
CPF N.º 309.911.372-72

INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMÍNIO LTDA (IAA - INDUSTRIA AMAZONENSE DE ALUMINIO)

CNPJ N.º 16.640.671/0001-57
Represente Legal: **HELLINGTON OLIVEIRA DA SILVA**
CPF N.º 668.241.332-72

BETEL MOVEIS LTDA

CNPJ N.º 30.746.178/0001-47
Represente Legal: **ALICE MITIKA ISHIKAWA**
CPF N.º 659.633.342-68

M.W.P.A. DE SOUZA & CIA LTDA

CNPJ N.º 41.037.819/0001-00
Represente Legal: **MARCUS WILSON PEREIRA AMORIM DE SOUZA**
CPF N.º 759.476.412-91

2WE MÓVEIS COMERCIAIS LTDA

CNPJ N.º 46.928.110/0001-19
Represente Legal: **WAGNER JOSÉ HIDALGO**
CPF N.º 269.975.808-66

SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP (SHOPPING DO ESCRITORIO)

CNPJ N.º 04.063.503/0001-67
Represente Legal: **MARCOS ANTONIO GOMES**
CPF N.º 319.596.011-7

ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA

CNPJ N.º 41.558.204/0001-20
Represente Legal: **ANTONIO PRACIANO BISNETO**
CPF N.º 049.705.842-14

X- OFFICE SERVI LTDA. - ME

CNPJ N.º 15.362.598/0001-36
Represente Legal: **GILMAR DA SILVA DE SOUZA**
CPF N.º 730.793.751-49

ADRIMAQ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. - ME

CNPJ Nº 08.472.661/0001-21

Represente Legal: **ADRIANA CAVALCANTE ALMEIDA**

CPF Nº 930.276.482-68

T. H. S. BEZERRA LTDA - EPP (A L MONTE COMERCIO E SERVICOS)

CNPJ Nº 09.068.212/0001-85

Represente Legal: **THIAGO HENRIQUE SOARES BEZERRA**

CPF Nº 987.441.352-20



Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 25/07/2024, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO PRACIANO BISNETO, Usuário Externo**, em 25/07/2024, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GOMES, Usuário Externo**, em 25/07/2024, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Henrique Soares Bezerra, Usuário Externo**, em 25/07/2024, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cavalcante Almeida, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO NUNES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 09:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Amorim, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER JOSÉ HIDALGO, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR DA SILVA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 29/07/2024, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELLINGTON OLIVEIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 30/07/2024, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALICE MITIKA ISHIKAWA, Representante Legal**, em 31/07/2024, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1381447** e o código CRC **5077F9F8**.